

## **Pré-sal como epifania, ou a narrativa de um novo tempo**

Bernardo Estellita Lins

### **Introdução**

Nos últimos anos, estamos vivendo uma fase inédita nos discursos da política brasileira. Narrativas tradicionais sofreram uma ruptura que parece, por ora, irreparável. Refiro-me, mais precisamente, a alguns mitos que eram recorrentes nas declarações de candidatos e de ocupantes de cargos públicos. A saudade de uma idade de ouro, passado fictício, em que valores e tradições seriam respeitados e uma vida bucólica e pacífica poderia ser levada, sem medo da violência das ruas, sem os abusos da corrupção. O sonho de grandeza imperial, a utopia de um “Brasil, país do futuro”, relevante entre as nações, lançada como semente de um improvável porvir. O discurso da unidade nacional, construído sobre o compartilhamento de um projeto desenvolvimentista para o País, conduzido por suas elites. E, enfim, o discurso da culpa social, da convivência cordial e algo irresponsável com uma desigualdade que parecia enraizada em nossa sociedade, fruto talvez da herança maligna de uma abolição tardia da escravidão, já no final do século XIX, refletindo-se num ambiente de servidão que marcava as relações entre pessoas e classes.

A campanha eleitoral de 2006 foi, talvez, o palanque de um embate definitivo entre esse antigo imaginário da nação e uma mensagem de um novo tempo que começaria a delinear-se, lastreado na superação das desigualdades. Embora ainda enredado no “escândalo do mensalão”, que dava a tônica do debate, o governo Lula já tentava demonstrar, à véspera da campanha, que as ficções que vinham sendo exploradas por décadas tinham encontrado, enfim, um chão estéril à sua reprodução. A desconstrução desses mitos foi um elemento importante, e até hoje pouco explorado, daquele processo eleitoral.

O discurso da oposição colocou em campo os elementos do velho discurso político, seja nos debates, seja na cobertura jornalística, explorando as pontas desse iceberg: moralismo, desenvolvimentismo, desigualdade social e

violência. Foi exaustivamente explorada a corrupção do governo, bem como a crise da segurança pública, o aumento da violência urbana, a brutalidade das invasões de terras, o ritmo moderado do nosso crescimento econômico e alegados abusos e fraudes nos programas sociais do governo.

Todos esses assuntos eram de grande importância para o eleitor. A violência urbana compromete sua qualidade de vida. O crescimento moderado reduz sua expectativa de emprego. A corrupção no governo alimenta seu descrédito na capacidade administrativa das instituições. O desligamento entre renda e esforço levanta a suspeita de uso político do recurso público. No entanto, para que ganhem os corações e as mentes dos eleitores, esses argumentos precisam fazer eco a preconceitos e impressões preexistentes. Uma ideologia receptiva precisa ser construída por longo período, combinando fatos reais ou fictícios com interpretações e contextualizações. Existindo a recepção, pouco importa se a interpretação do fato é aderente à realidade. Ela se impõe como um discurso plausível, diante de uma mitologia coletivamente reconhecida como um marco explicativo, tanto dos sucessos quanto dos insucessos políticos.

A reação do eleitor diante das denúncias foi inesperada. O intenso debate da campanha apenas arranhou as intenções de voto em Lula. O fato de conseguir levar a eleição presidencial ao segundo turno, com o presidente recebendo 48,6% dos votos no pleito de outubro, foi considerado uma vitória pelos demais candidatos. Resultou, porém, de um episódio isolado, o “escândalo do dossiê”. A mídia, alinhada naquele episódio à oposição, expressou sua perplexidade com a robustez do apoio ao presidente metalúrgico, criando apelidos que se repetem até hoje, como “candidato teflon”, sugerindo que os problemas apontados poderiam derrubar ministros, deputados ou juizes, mas seria impossível associar a imagem de Lula a esses episódios, dado o seu jogo de cintura.

Dois anos após a campanha, começa a emergir uma explicação diferente. Não é que Lula seja um mero esperto ou um sujeito capaz de encarnar o salvador da pátria, outro mito tradicional da nossa política. É que os fatos da vida modificaram o imaginário das pessoas. E Lula foi singular no sentido de ter

percebido a direção dessa mudança, num momento em que o resto da elite política continuava a mirar-se no espelho do passado.

### **O som e a fúria**

Os analistas políticos têm associado essa consistência eleitoral de Lula aos bons resultados econômicos que o Brasil tem alcançado ao longo do seu governo. E é razoável que assim o seja. O eleitor analisa as plataformas dos candidatos a partir do seu microcosmo: seu salário, seu patrimônio, sua qualidade de vida, a estabilidade do emprego, os preços, o rendimento da poupança, as conversas com os vizinhos e com os amigos de boteco.

No entanto, há um outro processo em andamento na sociedade brasileira, decorrente da diversificação do aparato produtor de sentido que foi instituído ao longo da nossa história republicana. Até o ocaso da ditadura militar, ainda se reconheciam os elementos formadores de um aparato tradicional: os veículos de mídia, particularmente a televisão, que se consolidara no início dos anos sessenta, a estrutura acadêmica, ainda de alcance limitado e prioritariamente estatal, voltada para a qualificação dos quadros da elite, as obras literárias e técnicas que alcançavam circulação expressiva nos meios intelectuais e as interpretações da conjuntura elaboradas pela inteligência nacional formadora da opinião pública, num processo de espalhamento similar às ondulações provocadas por uma pedra em um lago.

A partir da abertura, a mitologia solidificada por esse aparato seria fragilizada pela reação ao passado recente da ditadura. Mais adiante, essa própria estrutura enfrentaria um processo de diversificação e de pulverização, estimulada por várias transformações. Entre estas, podem ser citadas as interferências de processos globais de construção de sentido nos processos locais de formação de opinião, aceleradas com o surgimento da Internet nos anos noventa, a efetiva universalização da educação básica e o rápido crescimento do ensino privado de nível médio e superior, colaborando para a ascensão de novos grupos sociais, e a construção de uma complexa estrutura de relacionamentos em vários desses grupos, promovida pela igreja católica

progressista, por cultos evangélicos, lideranças de bairro, movimentos sindicais e, em certa medida, pelos partidos de esquerda ligados a essas instituições.

A ruptura dos mitos tradicionais da política brasileira não foi empreendida, porém, pela esquerda. Foi um processo que se iniciou no próprio discurso da direita.

Historicamente, a direita brasileira fora eficaz em preservar seu espaço político ao longo da república, caracterizando-se como um grupo conservador. Os partidos estaduais da República Velha e, a partir do Estado Novo, PSD e UDN, mantiveram-se ininterruptamente, até o governo de Jânio Quadros, como forças participantes das coalizões de governo. A soma das representações dos dois partidos na Câmara dos Deputados entre 1945 e 1962 sempre esteve acima de 50%.

No período da ditadura militar o sistema bipartidário congregou os conservadores sob a ARENA, assegurando o controle do Congresso até as eleições de 1974, que marcaram a primeira vitória eleitoral do MDB, que congregara as forças de oposição ao regime. Sucessivas modificações da legislação eleitoral permitiram, porém, que a direita preservasse o controle da maioria durante o governo militar. A reforma partidária de 1982 dividiu a oposição e facilitou a construção de uma coalizão conservadora, que seria novamente desagregada após a fundação do PFL em 1984 e o fim da ditadura no ano seguinte, com a posse de José Sarney.

Foi nesse contexto que os mitos tradicionais da linguagem política se desenvolveram e consolidaram no discurso público. Nesse longo período de quase um século, as forças conservadoras de direita assumiram no Brasil uma configuração bastante peculiar. Contrariamente à expectativa usual de que um partido conservador se caracterize como oriundo de camadas da elite, refletindo seus interesses e tendo nesse segmento seu principal eleitorado, a ARENA gradualmente deslocou seus redutos eleitorais para a população de baixa renda e para os municípios menores, em especial no Nordeste, tornando-se o partido dos grotões.

A direita consolidou-se com uma política clientelista, reforçada pela dependência dos municípios em relação aos recursos da União, e com um

discurso desenvolvimentista, para justificar as políticas de incentivos fiscais, subsídios e financiamento de Estado e criar vínculos entre as decisões do governo federal e as expectativas de benefícios futuros alimentadas no eleitorado. Após a abertura, os partidos que herdaram o patrimônio político da ARENA, em um primeiro momento o PDS e, mais adiante, o PFL e o PP, ficaram marcados por essa configuração política.

O fracasso das políticas desenvolvimentistas patrocinadas pela direita e adotadas até os anos oitenta, resultando no crescente endividamento público, na estagnação e em inflação fora de controle, levaram a uma revisão acadêmica do papel do Estado e da política econômica. A crise das relações clientelistas, decorrentes da redução de investimentos, subsídios e transferências do governo federal, enfraqueceu a capacidade de alavancagem política dos partidos de direita. Mudanças na legislação e um melhor uso da mídia possibilitaram, enfim, uma relação direta dos candidatos com o eleitorado, fragilizando os mecanismos de intermediação que dependiam das máquinas administrativas dos partidos.

A eleição de Fernando Collor de Mello em 1990 marcou essa mudança das práticas eleitorais e político-partidárias. Os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso foram também os laboratórios em que se aplicaram as principais idéias de uma nova direita, calcadas em três diretrizes. Primeiro, a substituição do desenvolvimentismo alavancado pelo Estado por uma doutrina econômica de promoção de um crescimento disciplinado, caracterizada pelo estímulo à livre iniciativa, pela abertura comercial, pela limitação ao papel do Estado na economia e pela recuperação dos fundamentos monetários e fiscais. Em segundo lugar, o reforço das instituições, seja no plano jurídico, seja no aparato do governo, com finalidades de fiscalização e controle, gradualmente ajustadas a um marco jurídico e institucional que evoluiria na direção da legislação norte-americana. E, finalmente, uma agenda moral laica, calcada no rigor da aplicação do marco legal, particularmente na defesa da propriedade e dos contratos, e na construção de uma doutrina de ética pública.

Essa nova fundamentação ideológica da direita brasileira não decorreu, porém, de processos locais autônomos de crítica da conjuntura política, econômica e

social do Brasil, mas refletiu uma construção doutrinária empreendida em dimensão global.

Uma interessante evidência do caráter global dessa construção é a identidade da política econômica perseguida nos anos noventa pelo Brasil e por outros países com uma lista de recomendações elaborada pelo economista John Williamson em 1989, a partir das conclusões de uma reunião de funcionários de organismos internacionais, do governo dos EUA e de representantes latino-americanos realizada naquele ano no Peterson International Institute for Economy, documento que se tornou conhecido como o Consenso de Washington.

Nos anos seguintes, o receituário foi entusiasticamente adotado por organismos multilaterais e bancos de investimentos, sendo imposto a um bom número de países e agregado ao ideário político da direita. O episódio revela alguns dos mecanismos de construção e disseminação de conhecimento “legítimo”: a coordenação entre academia e governo nos países centrais, o envolvimento de representantes da inteligência dos países periféricos e o papel do sistema financeiro, na imposição de medidas práticas decorrentes do marco teórico legitimado como contrapartida ao acesso a capital.

A defesa do Consenso deu projeção a novos atores, vindos das classes médias urbanas. As lideranças tradicionais da direita brasileira eram enfraquecidas, por sua parte, pela perda de relevância dos valores tradicionais e pela fragilização das relações clientelistas que as sustentavam, resultantes tanto do realinhamento do seu discurso quanto da institucionalização de programas de transferência de renda do governo federal. E passavam a dividir seus redutos com competidores políticos vindos dos movimentos de sem-terra, dos sindicatos de trabalhadores rurais, de organizações não governamentais e de movimentos religiosos.

E, enfim, a direita enfrentou, nesse processo de adoção do Consenso, a incapacidade de preservar a paternidade sobre esse receituário e capitalizar no longo prazo os resultados positivos que poderiam extrair-se dele. Alguns fatores contribuíram para isso. No nível do discurso, a justificativa para essa visão apoiava-se em argumentos de racionalidade e de eficácia operativa, sendo apresentada como ideologicamente neutra e, conseqüentemente,

passível de apropriação por qualquer tendência. No nível da execução, a implementação da sua política econômica foi contaminada por interesses de curto prazo, tais como a negociação de benefícios com as bases de apoio do governo federal e o custeio da aprovação da emenda da reeleição, e foi prejudicada pelos processos de tentativa e erro inerentes à novidade de vários de seus instrumentos, expondo o país à instabilidade econômica. E, finalmente, sua legitimação implicou na negação dos princípios e mecanismos que haviam sustentado as políticas antecedentes, implementadas justamente pela direita tradicional.

E as esquerdas, que nos primeiros anos reagiram de modo enfático a essa política, construindo uma argumentação de defesa das relações trabalhistas e sindicais, cujo desmonte estava implícito nas recomendações do Consenso, aos poucos perceberam o lado interessante da disciplina fiscal, do crescimento equilibrado e da preservação do poder de compra das classes baixas. E fizeram o que qualquer um faria nesse caso: apropriaram-se dos aspectos vantajosos do discurso e da prática, incorporando-os ao seu ideário. E o destino quis que o padrasto dessa mistura política tivesse nome, sobrenome e apelido: Lula.

A frustração das direitas com essa virada de jogo do discurso político ficou evidenciada na fúria de suas reações e nas declarações destemperadas que pontuaram vários episódios do primeiro mandato de Lula. A título de exemplo, em agosto de 2005, no calor das acusações do “escândalo do mensalão”, o Senador Jorge Bornhausen, em resposta a um interlocutor que lhe perguntara se estaria desencantado com o que acontecia naquele momento no Brasil, respondeu: “Desencantado? Pelo contrário. Estou é encantado, porque estaremos livres dessa raça pelos próximos 30 anos”. Mal sabia ele...

### **“Nunca antes neste país”: o novo tempo como utopia**

Lula havia chegado a essa formulação discursiva, até certo ponto, por acidente. Embora a decisão de adotar uma política econômica conservadora, inclusive irritando setores que compunham a base ideológica do próprio PT, resultasse do efeito demonstração do governo Covas em São Paulo, esta havia seguido

uma lógica defensiva. Lula assumia, em 2003, com uma enorme pressão do empresariado e da classe média sobre sua equipe econômica. Ele precisava demonstrar que seria capaz de contornar a desconfiança do mercado e esvaziar a especulação sobre a sua incapacidade de gerir o Estado, traduzida na explosão da taxa de câmbio e nas oscilações do mercado financeiro.

E para isso adotou um discurso cauteloso e calcado na continuidade da política econômica, escolhendo, para sua execução, um quadro pragmático do PT e um executivo oriundo do sistema financeiro, a dupla Palocci-Meirelles. Dada a necessidade de um efeito demonstração contundente, ambos perseguiram uma receita ortodoxa particularmente dura, alcançando em um tempo relativamente breve um estágio de sólido ajuste do setor público, embora, em contrapartida, com taxas de crescimento econômico modestas.

Paradoxalmente, ao confrontar-se com um setor externo favorável, em decorrência do crescimento da demanda internacional por *commodities*, essa própria situação deu o empuxo inicial de que as empresas brasileiras precisavam para perseguir posições mais agressivas no mercado internacional. O que se viu nos quatro primeiros anos de governo Lula foi a conjunção de uma aceleração das exportações com um comportamento cauteloso do mercado interno e uma política fiscal e monetária conservadoras.

Os resultados, ao final do primeiro mandato, eram muito moderados se comparados com os de outros países, tais como os demais BRICS, a Argentina, o México e até algumas economias desenvolvidas, que piscavam taxas de crescimento dignas de *outdoor* de Times Square: dez, quinze por cento ao ano. Mas as tendências benéficas já eram evidentes: controle da dívida pública, redução na percepção de risco, redistribuição de renda e crescente geração de empregos.

Lula nada criara de novo. Dera apenas outra roupagem midiática a programas que existiam anteriormente e redefiniu prioridades, dando novas dimensões ao que era pequeno e esvaziando projetos inflados por seus antecessores. Assim, programas de auxílio individual ou familiar, a exemplo do Bolsa Família, aproveitaram a infra-estrutura preexistente e receberam novos aportes. E projetos de redução do tamanho do Estado, como as privatizações de serviços públicos, foram discreta mas firmemente abandonados.

A política de divulgação do governo no primeiro mandato de Lula buscou enfatizar dois pontos que se tornariam basilares na construção da nova mitologia. Em primeiro lugar, a ascensão ao poder de classes até então alijadas da liderança política, corporificadas na imagem do presidente metalúrgico e de ministros e assessores com histórias de sucesso e de abertura de caminhos próprios a partir de origens humildes. E, em segundo lugar, a capacidade desses quadros de redesenhar a política de governo, redirecionando os seus benefícios às classes que os apoiavam. Era o embrião de uma mensagem de novo tempo e sua disseminação provocou uma ruptura temporária da sociedade durante a campanha da reeleição, opondo, *grosso modo*, a classe média às classes baixas.

Lula teve a vivacidade de não renegar alguns mitos tradicionais do discurso político, tergiversando no que tinham de conflitante com essa política de ortodoxia econômica combinada com benefícios sociais que estava sendo implantada, tratando de ajustá-los e reincorporá-los. A retórica lulista preservou e redefiniu os argumentos do desenvolvimentismo e do nacionalismo, criando assim uma diferenciação bastante clara com os dois governos antecedentes. Buscou-se, por outro lado, desqualificar a doutrina de estado mínimo, de reduzida intervenção na política industrial e tecnológica, e de regulação por agências que caracterizara os governos Collor e FHC.

Os seguidos sucessos na acumulação de superávits, no ajuste das contas públicas, na expansão dos programas assistenciais e na reversão da desigualdade social deram ao governo Lula um caráter de ineditismo. Este, porém, não decorreu de uma guinada ideológica ou da redefinição de políticas em sentido lato, mas principalmente de ganhos de eficiência e da preservação de foco na aplicação das políticas públicas herdadas do antecessor. A frase algo pernóstica e, por isso, ridicularizada pela grande imprensa, que caracterizou o discurso do presidente a partir de então, foi o bordão “nunca antes neste País” com que costumava pontuar os resultados positivos de sua administração. Que, diga-se de passagem, não foram poucos.

O segundo mandato de Lula iniciou-se com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC –, uma política de recuperação da infraestrutura de transportes, energia e outros serviços cujo estado precário vinha

sendo denunciado pela mídia desde a campanha da reeleição. Essa injeção de recursos públicos resultou em uma pressão de crescimento da economia que se refletiu em taxas bastante vistosas, em um momento em que o resto do mundo já entrava em desaceleração. O aumento da renda interna e a expansão do emprego formal levaram a popularidade do presidente às alturas. E então, como se fosse pouco, veio o pré-sal.

### **Pré-sal, ou o anúncio da nova era**

Grandes mitos são precedidos de grandes anúncios. Episódios ocorridos ou calculados *ex-ante* que preparam o advento de um novo tempo. Ou, com maior frequência, ficções construídas *ex-post* para reforçar o mito já consolidado. São imagens de predestinação ou cumprimento de profecias. E, não raro, são registros de quebras temporais ou de poder. E a anunciação vem às vezes acompanhada de manifestações de glória ou de plenitude que reafirmam sua legitimidade.

A descoberta do pré-sal tem um pouco dessa função de epifania, de manifestação reveladora do horizonte de grandeza que se descortina para o Brasil, da incrível sorte do presidente metalúrgico que o governa ou, quem sabe, da decantada brasilidade de Deus. E, literalmente, caiu do céu, em um momento em que a popularidade de Lula atingia seu ápice. O governo saborosamente precipitou e explorou o anúncio das jazidas e vem promovendo uma ampla e algo onírica discussão de seus possíveis efeitos.

Não que as reservas sob a camada de pré-sal sejam inverídicas ou estejam superdimensionadas. Ao contrário, são um estoque que deverá quintuplicar a capacidade extrativa do país. Mas serão exploráveis em escala comercial em um horizonte de tempo que supera em muito o mandato de Lula. As decisões cruciais a respeito do marco jurídico e da estrutura de gestão pública a serem construídas para administrar essas reservas demandam uma discussão cuidadosa e exaustiva, requerendo a manifestação de interesses e de instituições que, por ora, permanecem em silêncio.

A própria localização das reservas levantará dúvidas da comunidade internacional quanto à legitimidade do governo brasileiro de adjudicar-se o

direito sobre essas áreas, pois parte dos campos estendem-se além dos limites das duzentas milhas que configuram a zona de exploração econômica internacionalmente reconhecida, embora nos limites da área de plataforma continental prevista na Constituição de 1988 e reivindicada pelo Brasil em fóruns multilaterais. Mas estamos, neste momento, sem uma jurisprudência que dê maior densidade à afirmação constitucional da soberania brasileira sobre a plataforma continental e sem uma presença naval e comercial que lhe dê eficácia.

Se a precaução de suspender leilões e rever a política de exploração afigura-se oportuna, o debate sobre as formas de gestão e as seguidas declarações do Planalto sobre a criação de empresas, fundos ou consórcios estão mais para a exposição midiática do tema do que para uma real consolidação do modelo. Há inúmeros problemas técnicos, jurídicos e de presença física na área de interesse que deverão ser resolvidos. Mas a construção mítica já nivelou essa granulação e incorporou o pré-sal ao discurso eufórico do governo.

Não se trata, simplesmente, da alavancagem de uma popularidade que já surfa na crista da onda do bom andamento da economia. Trata-se da consolidação de uma utopia de nação que alia crescimento responsável de longo prazo com justiça social e redistribuição de renda, com completa autonomia de insumos, com uma expectativa de capacidade técnica e política de dirigentes vindos das camadas populares e com uma moralidade que não decorre das instituições formais, mas que é aprendida com a mãe, o vizinho ou a comunidade. Trata-se do operário, do taxista, do gari ou do ambulante confrontando os bacharéis e dizendo: nós chegamos lá, pusemos o país em ordem e resolvemos problemas que vocês varreram por cem anos para baixo do tapete. É possível que, em decorrência de acordos, interesses ou falta de oportunidades, tenhamos varrido mesmo.

Os mais diversos temas têm sido tratados, em vários níveis, no contexto dessa nova mitologia. Do movimento negro à defesa da Amazônia, da representação do país nos organismos multilaterais aos contratos de exportação, das relações com o empresariado aos comícios em praça pública, os atos do governo recebem de metade da população uma leitura inteiramente distinta da pretendida pelos veículos tradicionais. No nível denotativo, os fatos são

oferecidos a todos, com descrições mais ou menos elaboradas e com comentários que refletem o viés editorial de cada veículo ou instância de divulgação. A recepção, no entanto, se estabelece com a intervenção desse marco interpretativo do mito, que dá conotações diferenciadas aos fatos, dados e notícias.

### **Epílogo: a resiliência diante da crise**

Nas mitologias tradicionais, o herói é confrontado com desafios que servem para testar sua força ou sua astúcia, torná-lo ainda mais rijo. Hércules desceu ao hades, Moisés enfrentou o faraó do Egito, Cristo jejuou no deserto e foi desafiado pelo demo, Alexandre cortou o nó górdio. Lula, enquanto mentor e herói da mitologia do homem comum que chega ao poder e redireciona a nação, enfrentou vários desses testes em seus anos de formação. E o mito serve para colocar em perspectiva novos desafios, construir ficções sobre seu contexto e reinterpretar os resultados.

Talvez um grande teste dessa construção discursiva seja oferecido, nos próximos dois anos, pela crise do sistema financeiro mundial que explodiu nas últimas semanas. A velocidade e a profundidade com que se precipitaram situações que vinham sendo cozidas em banho-maria, levando de roldão alguns dos principais agentes financeiros dos EUA e da Europa, deixa claro que se trata de um momento particularmente complicado do mercado global. Contrariamente a outras crises, que se circunscreveram ao mundo nominal e não chegaram a afetar a economia real, alguns dos efeitos reais do episódio serão extensos, corrosivos e de lenta superação.

A utopia lulista aponta para um discurso inicial de preservação do bem-estar interno. A exemplo do José administrador, fez-se o dever de casa, usando os anos das vacas gordas para prevenir-se das vacas magras. Mas o tamanho da economia brasileira é modesto em relação ao mercado mundial e não se sabe se a nossa caravela atravessará ou não um Atlântico tempestuoso. Espera-se que sim e há razões que dão concretude a essa esperança.

No entanto, um revés não deverá comprometer a preservação dessa mitologia, sobretudo porque o desafio enfrentado tem origem exógena e foi em parte

provocado por uma desastrosa administração de governos identificados com a nova direita. E, também, porque até o momento os efeitos dessa onda sobre o Brasil foram menores do que os sofridos pelo país em outras oportunidades. Ou seja, pelo menos remendou-se o casco. Um indesejável naufrágio carregará o sabor amargo da fatalidade. Se a explicação de quem não comunga do mito apontará para o fracasso ou a falácia da construção utópica, para aqueles que o incorporaram a suas crenças prevalecerá o relato episódico do enorme teste e de um posterior renascer.

Nesse episódio, aconteça o que acontecer, a oposição, em suma, estará mais uma vez sem discurso. Lula sempre poderá atribuir à direita as origens da crise e as falhas em sua administração. E sua construção utópica servirá para contextualizar seus esforços e preservar sua dimensão heróica. A superação do mito lulista dependerá da reapropriação e da reinterpretação dos instrumentos de governo que hoje o caracterizam. E de uma boa dose de paciência, na expectativa de que as contradições existentes em sua formulação e os conflitos inerentes à sua ampla e pragmática base de apoio venham a se externar. O tempo dirá.

### **Referências bibliográficas**

“Decisão no 2º turno”. O Estado de São Paulo. 2/10/2006, p. 1.

“Pesquisa exclusiva Imprensa/Maxpress/Aberje: Alckmin lidera nas redações”. Em [http://portalimprensa.uol.com.br/new\\_ultimasnoticias\\_data\\_view.asp?code=3552](http://portalimprensa.uol.com.br/new_ultimasnoticias_data_view.asp?code=3552), em 24/8/2006.

BOAS, Taylor C. (2005). “Television and neopopulism in Latin America: media effects in Brazil and Peru”. *Latin American Research Review*, 40(2):27-49.

BORNHAUSEN, Jorge. “Raça, segundo S. João”. Folha de São Paulo. Opinião. 29/9/2005, p. A-3.

DE LA CAMPA, Román (1999). Latin Americanism. Minneapolis: University of Minnesota.

GERMINARIO, Francesco. La Destra degli Dei: Alain de Benoist e la cultura politica della Nouvelle Droite. Turim: Bollati Boringhieri.

MAINWARING, Scott, Rachel MENEGUELLO e Timothy J. POWER (2000). "Conservative parties, democracy, and economic reform in contemporary Brazil". In: MIDDLEBROOK, Kevin J. *Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America*. Baltimore (MD), EUA: Johns Hopkins.

MESSEMBERG, Débora (2002). A Elite Parlamentar do Pós-Constituinte: atores e práticas. São Paulo: Brasiliense.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). "Partidos, ideologia e composição social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48):31-48.

STIGLER, George J. (1971). "The theory of economic regulation". *Bell Journal of Economics and Management Science*, 2(1):1-21.

WILLIAMSON, John (1990). "What Washington means by policy reform". In WILLIAMSON, John (org.). Latin American Adjustment: How Much Has Happened?. Washington (DC), EUA: IIE.